
PRESIDÊNCIA

GABINETE

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 92, DE 30 DE JANEIRO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição legal que lhe confere o art. 15 da Lei nº 7.033/1997,

RESOLVE

Art. 1º. Designar o Juiz de Direito LÉO ANDRÉ CERVEIRA, a partir do dia 30/01/2017 até 30/03/2017, na condição de Cooperador, e sem prejuízo de suas funções jurisdicionais, julgar os processos conclusos (diversos, com pedidos de urgência e para sentença), obedecida a ordem de conclusão, da 2ª Vara do Sistema dos Juizados Especiais da Comarca de Eunápolis.

Art. 2º. Os trabalhos serão desenvolvidos remotamente, pelo Sistema PROJUDI, e presencialmente, quando necessário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 30 de janeiro de 2017.

Desembargadora MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 93, DE 30 DE JANEIRO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição legal que lhe confere o art. 15 da Lei nº 7.033/1997,

RESOLVE

Art. 1º. Designar o Juiz de Direito PAULO CÉSAR ALMEIDA RIBEIRO, a partir do dia 30/01/2017 até 30/04/2017, na condição de Cooperador, e sem prejuízo de suas funções jurisdicionais, julgar os processos conclusos (diversos, com pedidos de urgência e para sentença), obedecida a ordem de conclusão, da Vara do Sistema dos Juizados Especiais da Comarca de Ipiaú.

Art. 2º. Os trabalhos serão desenvolvidos remotamente, pelo Sistema PROJUDI, e presencialmente, quando necessário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 30 de janeiro de 2017.

Desembargadora MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO
Presidente

*DECRETO JUDICIÁRIO Nº 85, DE 27 DE JANEIRO DE 2017.

APROVA O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao terceiro quadrimestre de 2016, publicado juntamente com este Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 27 de janeiro de 2017.

DES.MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO
Presidente

*Republicação corretiva

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.762.368.533,10	0,00
Pessoal Ativo	2.009.010.102,52	0,00
Demais Despesas com Pessoal Ativo	2.009.010.102,52	
Pessoal Inativo e Pensionistas	753.358.430,58	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (Art.18, § 1º da LRF)	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	1.304.943.503,04	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.332.550,47	
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	148.517.999,99	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	753.358.430,58	
*Outras deduções	401.734.522,00	
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.457.425.030,06	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	1.457.425.030,06	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		28.714.179.024,82
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP SOBRE A RCL (VI) = (IV/V)*100		5,08
LIMITE MÁXIMO (INCISOS I, II e III, ART. 20 DA LRF) - <6%>		1.722.850.741,49
LIMITE PRUDENCIAL (§ ÚNICO, ART. 22 DA LRF) - <5,7%>		1.636.708.204,41
LIMITE DE ALERTA (ART.59§1º DA LRF) - <5,4%>		1.469.210.971,56

FONTE: FIPLAN/SEFAZ/SAF/DICOP 27/01/2017 11:40

NOTA 1: DURANTE O EXERCÍCIO, SOMENTE AS DESPESAS LIQUIDADAS SÃO CONSIDERADAS EXECUTADAS. NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO, AS DESPESAS NÃO LIQUIDADAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS SÃO TAMBÉM CONSIDERADAS EXECUTADAS.

DESSA FORMA, PARA MAIOR TRANSPARÊNCIA, AS DESPESAS EXECUTADAS ESTÃO SEGREGADAS EM:

- a) DESPESAS LIQUIDADAS, CONSIDERADAS AQUELAS EM QUE HOVE A ENTREGA DO MATERIAL OU SERVIÇO, NOS TERMOS DO ART.63 DA LEI 4320/64;
- b) DESPESAS EMPENHADAS MAS NÃO LIQUIDADAS, INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS, CONSIDERADAS LIQUIDADAS NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO, POR FORÇA DO ART.35, INCISO II DA LEI 4320/64.

NOTA 2: ESTÃO SENDO EXCLUÍDAS A TÍTULO DE OUTRAS DEDUÇÕES OS VALORES REFERENTES A:

- a) ABONO PECUNIÁRIO E ABONO PERMANÊNCIA, CONFORME RESOLUÇÃO TCE BA000031/2016,
- b) DESPESAS COM PESSOAL DOS CARTÓRIOS DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS CONFORME A LEI ESTADUAL Nº 13.555/2016 E CONSULTA CONSTANTE DO OFÍCIO Nº 64/2016 – SEAD, PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº TJ -ADM-2016/25411.
- c) IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE, INCIDENTE SOBRE A REMUNERAÇÃO PAGA AOS SERVIDORES, CONFORME DECISÃO PROFERIDA NO NO AGRAVO 0009599-89.2016.8.05.0000, QUE CONCEDEU TUTELA PROFISÓRIA DE URGÊNCIA.

CLÁUDIA NASCIMENTO DE JESUS
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DANILO MENEZES SANTANA
 CONTROLADORIA

MAURÍCIO GÓES DANTAS
 DIRETORIA DE FINANÇAS

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO/2016

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Apresentação de valores em R\$1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA¹ (c) = (a - b)
00	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	6.661.746,99	2.465.573,88	4.196.173,11
01	Recursos Ordinários de Contrapartida de Convênios e Operações de Crédito			
02	Cota Parte do ICMS devida aos Municípios			
03	Cota Parte do IPVA devida aos Municípios			
04	Multas Vinculadas ao Fundo Estadual de Proteção ao Consumidor			
05	Taxas Vinculadas ao Detran			
06	Cota-parte do Imposto sobre Exp. de Produtos Indust. devida aos Municípios			
07	Recursos Vinculados ao FUNDEB			
08	Cota-parte do salário-educação			
09	Indenização pela extração do petróleo, xisto e gás natural			
10	Taxas e multas vinculadas a AGERBA			
11	Contribuições do Fundo Nacional de Assistência Social			
13	Recursos Diretamente Arrecadados por Órgãos da Administração Direta	47.895.679,80	18.828,92	47.876.850,88
14	Recursos vinculados a educação			
15	Recursos do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia – Lei nº 11.358/09			
16	Taxas Vinculadas ao Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Policiais			
17	Contribuições de Intervenção do Domínio Econômico			
18	Taxas e multas vinculadas a ADAB			
20	Taxas vinculadas ao Poder Judiciário	101.352.903,44	312.657,01	101.040.246,43
21	Operações de crédito internas			
22	Contribuição do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação			
25	Operações de crédito externas			
26	Recursos de Alienação de Bens - Administração Direta	14.248,01		14.248,01
27	Recursos Vinculados ao Fundo do Meio Ambiente da Bahia - Ferfa			
28	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza			
29	Recursos do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia – Lei nº 11.053/08			
30	Recursos vinculado às ações e serviços públicos de saúde			
31	Contribuições e/ou Auxílios de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta			
32	Contribuições e/ou Auxílios de Órgãos e Entidades Estaduais - Adm. Direta			
33	Contribuições e/ou Auxílios de Órgãos e Entidades Municipais - Adm. Direta			
34	Outras Contribuições e/ou Auxílios - Adm. Direta	1.755.292,71		1.755.292,71
35	Restituição de Recursos Oriundos de Operação de Crédito			
37	Contribuições e/ou Auxílios de Órgãos e Fundos Internacionais			
39	Recursos de Utilização Exclusiva na Reserva de Contingência			
40	Receita diretamente arrecadada por entidade da Administração Indireta			
42	Contribuições para o plano de saúde do servidor			
45	Recursos pelo Fornecimento de Água Bruta de Reservatórios			
46	Receita vinculada ao desenvolvimento do desporto - Lei 9.615/98			
47	Fundo Nacional de Saúde - Convênio			
48	Fundo Nacional de Saúde - SUS - Receita de Prestação de Serviços de Saúde			
49	Transferência do Fundo Nacional de Saúde - FESBA			
50	Recursos do Fundo Cultural do Estado da Bahia - FCBA			
56	Recursos de Alienação de Bens - Administração Indireta			
60	Contribuições do Fundo de Investimento Econômico e Social da Bahia - FIES			
61	Contribuições e/ou Auxílios de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta			
62	Contribuições e/ou Auxílios de Órgãos e Entidades Estaduais - Adm. Indireta			
63	Contribuições e/ou Auxílios de Órgãos e Entidades Municipais - Adm. Indireta			
64	Contribuições e/ou Auxílios de Entidades Privadas Nacionais - Adm. Indireta			
66	Transferências de Órgãos e Fundos Internacionais			
88*	Recursos Extra Orçamentários	24.460.579,65	18.039.007,00	6.421.572,65
TOTAL		182.140.450,60	20.836.066,81	161.304.383,79
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹		-	-	-

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF 27/01/2017 11:40

CLÁUDIA NASCIMENTO DE JESUS
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DANILO MENEZES SANTANA
 CONTROLADORIA

MAURÍCIO GÓES DANTAS
 DIRETORIA DE FINANÇAS

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
20 Receita taxas vinculadas ao Poder Judiciário	209.672,43	95.598,38	1.123,44	8.705.342,50	101.040.246,43	-
13 Receita diretamente arrecadada		18.828,92		10.385.239,40	47.876.850,88	
00 Recursos ordinários não vinculados					4.196.173,11	
26 Alienação de bens e direitos					14.248,01	
34 FECOM					1.755.292,71	
TOTAL	209.672,43	114.427,30	1.123,44	19.090.581,90	154.882.811,14	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES						

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/DICOP 27/01/2017 11:40

CLAUDIA NASCIMENTO DER JESUS
 SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

DANILO MENEZES DE SANTANA
 CONTROLADORIA

MAURÍCIO GÓES DANTAS
 DIRETOR DE FINANÇAS

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.457.425.030,06	5,08%
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) <%>	1.722.850.741,49	6,00%
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) <%>	1.636.708.204,41	5,70%
Limite de Alerta (Art.59§1º da LRF) <%>	1.469.210.971,56	5,40%
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
<u>GARANTIAS DE VALORES</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias de Valores		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita		
<u>RESTOS A PAGAR</u>	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	19.090.581,90	161.304.383,79

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/DICOP 27/01/2017 11:40

CLÁUDIA NASCIMENTO DE JESUS
 SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

DANILO MENEZES DE SANTANA
 CONTROLADORIA

MAURÍCIO GÓES DANTAS
 DIRETOR DE FINANÇAS